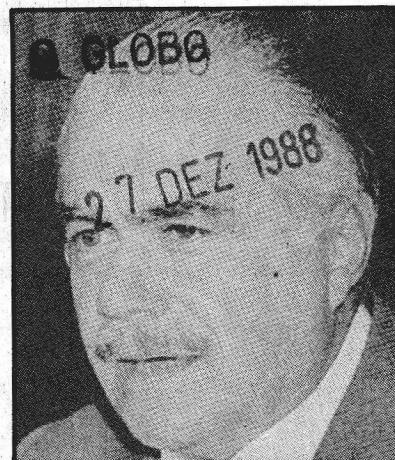


Seplan propõe a Sarney

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney decide amanhã se acata a proposta dos Ministérios econômicos (Planejamento e Fazenda), de vetar total ou parcialmente o Orçamento Geral da União para 1989, aprovado pelo Congresso, que alterou o projeto original enviado pelo Executivo. Se o veto for total, em substituição ao Orçamento, a área econômica quer administrar os gastos da União através de medidas provisórias, que permitam a organização das despesas, mensalmente.

O assunto será tratado amanhã durante despacho do Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, com o Presidente, no Maranhão. João Batista levará também o Secretário de Orçamento e Finanças, José de Ribas Netto, e o Secretário do Orçamento de Crédito Oficial, Simão Cirineu, para convencer o Presidente da impossibilidade de executar o Orçamento aprovado pelo Congresso.

Além de inconstitucionalidades, como a utilização dos resultados do Banco Central para pagar a dívida externa dos Estados



Presidente Sarney decidirá amanhã

e Municípios, a equipe econômica encontrou diversos erros técnicos, como utilização de crédito ao setor privado (exportação e agricultura, principalmente) para cobrir despesas com a máquina do Governo.

Na hipótese de veto total, a intenção da área econômica é administrar os gastos através de medidas provisórias, para pagar pessoal e encargos da dívida interna e externa. Os demais gastos dependeriam da disponibili-

dade de caixa do Tesouro. Cada Ministério teria uma dotação mensal de recursos limitada à receita arrecadada pela União, para pagar seus compromissos. Com essa sistemática, o Governo evitaria emitir títulos para financiar o déficit público e só gastaria o que realmente arrecadasse. Ou seja, faria o maior aperto fiscal de toda a sua história.

Inicialmente, a equipe econômica pensava somente na hipótese de propor o veto parcial do Orçamento da União. No entanto, encontrou dificuldades técnicas e operacionais para executar esta proposta. Como para vetar uma despesa tem que haver um veto de valor correspondente do lado da receita ficou impossível encontrar números idênticos.

Além disso, uma inconstitucionalidade foi encontrada, que compromete os resultados do Banco Central com o pagamento das dívidas dos Estados e Municípios. Para vetar, o Presidente teria que acabar com todo o artigo, deixando a rolagem da dívida sem regras, que também seria impossível.

Veto de orçamento